



UNIVERSIDADE UNIRG

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**INADIMPLÊNCIA NA CARTEIRA DE PESSOA JURÍDICA EM UMA
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM COMPARATIVO COM O SISTEMA
FINANCEIRO NACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA AGÊNCIA DE
GURUPI - TO**

Acadêmico: Andryelma da Silva Cabral

Professora Orientadora: Liliane Pagliarini, Esp.

Área de Concentração Financeira

Gurupi, Dezembro 2019

INADIMPLÊNCIA NA CARTEIRA DE PESSOA JURÍDICA EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM COMPARATIVO COM O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA AGÊNCIA DE GURUPI - TO

ANDRYELMA DA SILVA CABRAL

Este Artigo foi julgado adequado e aprovado pela banca examinadora do Curso de Administração do Centro Universitário UNIRG.

.....
Profª. Eliza Magalhães do Prado Barcellos, Esp.
Coordenadora do Curso de Administração

.....
Profª. Claudeilda de Moraes Luna, Esp.
Coordenadora de Estágio do Curso de
Administração

Apresentada à Banca Examinadora, integrada pelos Professores:

.....
Profª. Liliane Pagliarini, Esp.
Orientadora

.....
Prof. Marllos Peres de Melo, Doutor
Banca Examinadora

.....
Prof. Adonaldo Avelino de Oliveira, Esp.
Banca Examinadora

INADIMPLÊNCIA NA CARTEIRA DE PESSOA JURÍDICA EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM COMPARATIVO COM O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: ESTUDO DE CASO NA AGÊNCIA DE GURUPI - TO

**CABRAL, Andryelma da Silva¹
PAGLIARINI, Liliane²**

RESUMO

A inadimplência é algo que influi diretamente no mercado, pois se há mais empresas inseridas no sistema de restritivos, temos mais empresas com menos poder de compra, que ficam impossibilitadas de obter crédito. As Instituições Financeiras tem uma rigorosa análise para conceder o crédito solicitado a empresas que buscam uma forma de financiamento. O número de pequenas empresas vem crescendo e com elas o aquecimento do mercado, fazendo com que muitas dessas empresas recorram a linhas de crédito para melhorias, ampliação ou compra de mais equipamentos para atender esse crescimento, o que é bom. Analisar a inadimplência das empresas dentro da carteira de Pessoa Jurídica de uma Instituição Financeira e compará-la a inadimplência das empresas do Sistema Financeiro Nacional para ilustrar o todo, demonstrar se os números apresentados de forma isolada apresentam a realidade de todo o sistema, mostrando assim a atual situação creditícia do país. Concluiu-se com os dados coletados e com metodologia de entrevista, que a baixa inadimplência na instituição em pesquisa, demonstra a baixa inadimplência no mercado de forma nacional, atingindo assim o objetivo desta pesquisa.

Palavras-chave: Crédito. Pessoa Jurídica. Inadimplência.

ABSTRACT

Delinquency is something that directly influences the market, because if there are more companies inserted in the restrictive system, we have more companies with less purchasing power, which are unable to obtain credit. Financial Institutions have a rigorous analysis to grant the requested credit to companies seeking a form of financing. The number of small companies has been growing and with them the warming of the market, causing many of these companies to resort to credit lines for improvements, expansion or purchase of more equipment to meet this growth, which is good. Analyze corporate delinquency within the portfolio of a Financial Institution's

Corporate Entity and compare it to the delinquency of companies in the National Financial System to illustrate the whole, demonstrate whether the figures presented in isolation present the reality of the entire system, showing thus the current credit situation of the country. It was concluded with the collected data and interview methodology that the low delinquency in the research institution demonstrates the low delinquency in the market in a national way, thus reaching the objective of this research.

Key-words: Credit. Legal Person. Default.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais fontes de entrada de recursos para uma instituição financeira é por meio das operações de crédito. Essas operações de crédito geram expectativa por parte do credor em receber o retorno dos seus recursos, por outro lado, trazem também ao cliente uma oportunidade de realizar o desejo pelo qual pediu o crédito. Existe, porém, o risco do não recebimento do crédito concedido por parte das instituições financeiras, principalmente se não houver uma análise eficiente dos clientes que solicitam estes recursos.

Para Santos (2000, p.15): “crédito, em finanças, é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes.” O conceito de crédito se dá basicamente pela fé e confiança depositada a quem é concedido, que por sua vez receberá, no futuro, o valor creditado.

Como uma maneira de minimizar os riscos de inadimplência, o setor bancário tem uma exigente análise antes de conceder o crédito ao cliente onde um dos critérios regulamentados pelo BACEN é a classificação dos clientes em níveis de risco, sendo estes 9 classificados em ordem crescente . Estes níveis são medidos principalmente através da quantidade de tempo que o cliente está em situação de atraso de pagamento de débitos, não ficando exclusiva análise de outras características como renda, bens em garantia, situação sócioeconômica, grau de endividamento, entre outros.

Para Blatt (1999, p 53), risco é “a probabilidade de que algo por nós esperado e desejado não aconteça, ou que algo indesejado aconteça” consequentemente o

risco de crédito, segundo o mesmo autor, é a possibilidade do não pagamento do devedor, nas condições combinadas com aquele que concedeu o crédito.

A empresa em estudo é uma Agência de Instituição Financeira localizada na cidade de Gurupi-TO na Avenida Mato Grosso entre ruas 04 e 05, 1417 - Centro, mais especificadamente na carteira de Pessoa Jurídica, onde foram estudados os índices de inadimplência da mesma em comparativo a inadimplência do SFN (Sistema Financeiro Nacional) visando entender a representatividade do inadimplemento da agência no todo.

Tendo como Missão desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes, e sua Visão, ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos, a Instituição Financeira em estudo é pública e tem como principal objetivo, fomentar a região norte do país, gerando desenvolvimento através da movimentação financeira dessa região e por isso, possui linhas de créditos para todos os tipos de clientes e com taxas atrativas para “ajudar” quem solicita o crédito. (BANCO DA AMAZÔNIA, 2019).

Para Pessoa Jurídica esta Instituição oferta muitas linhas de crédito interessantes para os empresários, financiamentos mais rápidos um pouco menos burocráticos como capitais de giro, e também linhas de crédito maiores, que demandam uma análise mais específica por parte da instituição credora onde podem chegar a casa dos milhões o valor emprestado à empresa.

A relevância do tema exposto neste trabalho é identificar neste estudo a eficácia do crédito concedido pela Instituição Financeira através do índice de inadimplência, que demonstrará se o objetivo de gerar desenvolvimento para os financiados pela Instituição tem sido efetivo e gerado crescimento para as empresas. O comparativo com a inadimplência do Sistema Financeiro Nacional irá mostrar a atual situação creditícia do país, que é possível ser demonstrada através do inadimplemento, de maneira que se temos menos pessoas inseridas nos sistemas de restritivos, temos mais pessoas com poder de compra e aptas a solicitarem crédito a Instituições Financeiras.

2 METODOLOGIA

Segundo Bruyne (1991), a metodologia é a lógica dos procedimentos

científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos.

A metodologia deve colaborar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados. (BRUYNE, 1991 p. 29)

Segundo Strauss & Corbin (1998), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados. O método fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto, ou seja, são as “ferramentas” das quais fazemos uso na pesquisa, a fim de responder nossa questão.

O delineamento da pesquisa menciona o planejamento da pesquisa, como é feita a análise e interpretação de dados para desenvolvê-la. Gil define pesquisa como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p. 17)

Método científico pode ser descrito como um grupamento de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador científico, direciona seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para alcançar dados que suportam ou não sua teoria inicial (CIRIBELLI, 2003).

Embasado no objetivo deste trabalho, foram usados dois métodos de pesquisa. “Método de pesquisa descritiva que segundo Gil (1991, p. 46) tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”

Foi utilizado também o método dedutivo, que de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica (GIL, 2008, p. 09).

Para Cervo e Bervian (2002, p.35) “o processo dedutivo, por um lado, leva o pesquisador do conhecimento ao desconhecido com pouca margem de erro; por outro lado, é de alcance limitado, pois a conclusão não pode possuir conteúdos que excedam o das premissas”.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram a análise de documentos, que é

uma forma de pesquisa descritiva onde, para Triviños (1987, p. 112), a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

A Pesquisa bibliográfica também foi utilizada, e conforme esclarece Boccato:

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO 2006, P.266)

Utilizou também a técnica de entrevista onde, Sousa (2006, p. 378), afirma que a principal vantagem da entrevista é "a possibilidade de se obterem informações detalhadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, ideias, posições e comportamentos, entre outras características dos entrevistados".

Com base nesse estudo, será aplicada a análise quantitativa, pois esta é caracterizada pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como porcentual, média e desvio padrão (RICHARDSON, 1999).

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 CRÉDITO

Conforme Blatt (1999), os bancos funcionam como intermediadores. O banco intermedia a captação de recursos de agentes econômicos superavitários e o empresta para agentes econômicos deficitários. Não tem como foco lançar capital para o mercado, mas sim alocar recursos de quem possui reserva e redistribuir para aqueles com escassez, colocando assim o mercado em crescimento.

Santos (2000) afirma que o cliente deve se atentar em pegar a linha de crédito que mais se adequa ao seu perfil. Isso implica, por parte da instituição financeira, no conhecimento detalhado de cada cliente a fim de atender e oferecer a linha de crédito que mais atende as necessidades do mesmo.

Conforme Schrickel (1995, p.25) o conceito de crédito é um pouco mais

abrangente: Crédito é todo ato de vontade, ou disposição de alguém de ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que essa parcela volte a sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado.

Para Blatt (1999), “crédito é ‘crer’, e crer é ‘confiar’”. Por isso, o crédito deve estar ligado com a real necessidade do cliente. Com o objetivo de atender o consumidor, o banco, principal agente para concessão desse crédito, tem que conhecer detalhadamente a vida do cliente, tanto de forma financeira quanto patrimonial, para atribuir um empréstimo capaz de atender a real necessidade do cliente. Para a liberação de crédito por parte das instituições financeiras, diversas variáveis são levadas em consideração. A partir do momento em que créditos são liberados na sociedade, são diversos setores que se beneficiam com tal ação. As indústrias podem aumentar seu campo de produção, consumidores satisfazem suas necessidades e empresas de serviços e comércio também se beneficiam com o reflexo do consumo (SANTOS, 2000).

Conclui-se por sua vez que é uma confiança de entrega de recursos como pagamento da mesma em uma data futura. Por se tratar de um banco, esse crédito tem um risco, por esse motivo o crédito não é gratuito, existe a incidência de juros. O principal objetivo da análise de crédito segundo Schrickel (1995, p.26) é o de identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto a capacidade de repagamento do tomador, e fazer recomendações relativas a melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder, a luz das necessidades financeiras do solicitante, dos riscos identificados e mantendo, adicionalmente, sob perspectiva, a maximização dos resultados da instituição.

Para a iniciação de crédito em uma instituição financeira, o gerente responsável deve obter dados sobre a idoneidade moral do cliente, bem como verificar se as características das operações estão de acordo com suas atividades.

Santos (2000, p. 44) afirma: “o objetivo do processo de análise de crédito é o de averiguar a compatibilidade do crédito solicitado com a capacidade financeira do cliente.”

Antes que seja feita qualquer concessão de crédito, o credor tem que ter a

certeza de que seu cliente tenha vontade para honrar com suas obrigações, e que investigações mais profundas só são necessárias depois dessa primeira análise.

Ainda como definição aplicável ao nosso estudo, os créditos financeiros correspondem a um ativo a ser realizado a futuro, não havendo certeza sobre seu efetivo recebimento (Kasznar, 1987: 12)

O processo de crédito, muito embora seja dinâmico e, portanto, venha sofrendo substanciais mutações ao longo dos últimos anos mediante desenvolvimento de modelos quantitativos e subjetivos, apresenta-se fortemente na Instituição Financeira, com base na premissa denominada por Caouette, Altman e Narayanan (1998:79), como centrada na figura e experiência do analista de crédito.

3.2 Pessoa Jurídica

Pessoa jurídica é uma entidade constituída por pessoas e admitida pelo Estado como possuidora de direitos e deveres. A expressão pode se referir a empresas, governos, organizações ou qualquer grupo criado com uma finalidade específica.

Mesmo que seja constituída por uma ou mais pessoas físicas, que são as responsáveis pela entidade criada, a pessoa jurídica (*juridical person*, em inglês) possui uma **personalidade jurídica independente e diferenciada** em relação a cada um de seus membros.

Isso quer dizer que a pessoa jurídica é representada enquanto entidade própria perante a Justiça e o Estado, aos quais responde por seus atos. Ou seja, a princípio, a pessoa jurídica e as pessoas físicas que a compõem não se confundem.

Apesar de haver essa diferenciação clara entre a entidade e seus responsáveis, para a Justiça, membros de uma pessoa jurídica também podem ser individualmente responsabilizados por atos da entidade que representam.

Isso acontece, por exemplo, quando se comprova que um delito cometido por uma empresa foi decorrente da decisão de um de seus gestores. Nesse caso, tanto a empresa quanto o gestor podem responder separadamente perante a Justiça (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2019).

3.2.1 Forma Jurídica

Sociedade Empresária Limitada (Ltda.)

Empresa que possui dois ou mais sócios e isso explica o nome.

Em relação ao vocábulo Limitado, referência a situação na qual os sócios correspondem tanto pela parte financeira quanto administrativa pela organização de acordo com o capital social que investiram e o item contratual social da atividade de administração.

Por isto, os relacionados não são responsáveis pelas dívidas da empresa, por exemplo, com a totalidade de seus bens pessoais. As posses de pessoa física e pessoas jurídicas são legalmente distintas.

Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli)

A Eireli funciona igual a Limitada, mas a lei tem a exigência de um capital mínimo de 100 (cem) salários mínimos, 100 % integralizado na abertura da empresa. A diferença de uma pra outra é que a Eireli sempre é composta por somente um sócio, da seguinte maneira:

- Toma as decisões da empresa de forma individual pois é o único envolvido;
- Tem seus bens separados dos bens da empresa;
- Representa financeiramente pela empresa, até valor do capital social;
- Não utiliza seu nome e sim um nome empresarial

Microempreendedor Individual (MEI)

È uma empresa na qual o representante (proprietário)— que dá seu nome ao negócio — é totalmente responsável pela empresa inclusive com os seus bens pessoais.

MEIs, na abertura da empresa, são de forma automática enquadradas no Simples Nacional, não sendo libertos para a escolha de um regime tributário. Além do mais, não podem ter faturamento maior que R\$ 81 mil anual. Se eventualmente acontecer de ultrapassarem o faturamento estipulado para este tipo de empresa, devem providenciar a transferência para empresa individual.

Ficam retrigidos a outra condição que é a de só possuírem um funcionário. Neste caso, se o empreendedor precisar de mais mão de obra, precisará fazer a mudança do tipo de empresa para poder contratar.

Sociedade Simples (SS)

Uma Sociedade Simples, se falando em termos de abertura, contrato social e legalização nos órgãos públicos, tem afinidades com a sociedade limitada.

A particularidade específica de SS é a finalidade. Ela é uma empresa que integra prestadores de serviços para realização de atividades intelectuais, táticas e científicas. A título de exemplo, arquitetos ou advogados podem decidir-se por esta forma ao abrirem suas empresas se caso possuam sócios da mesma esfera de atuação.

Sociedade Anônima (SA)

Sociedades Anônimas são empresas com capital social fracionado em participações, diferentemente da forma de quotas empregados por outros tipos de empresas.

A SA é fragmentada ainda em dois subtipos:

- Sociedade Anônima de capital aberto: é a empresa que comercializa ações na bolsa de valores e ao público em geral por intermédio de instituições financeira tais como bancos e corretoras;
- Sociedade Anônima de capital fechado: também tem o capital dividido em ações de forma interna entre sócios e outros interessados ou requisitados. Mas não possui capital aberto ao público na bolsa de valores.

3.2.2 Porte

MEI (Microempreendedor Individual): É um formato de tributação distinta, economicamente mais barata, que requer que sejam cumpridas algumas regras, entre elas:

- Deve faturamento anual máximo de R\$ 81.000,00.
- Obter no máximo um empregado.
- O empresário não deve ter outra empresa em seu nome, nem possuir filial.
- Exercer uma ou mais atividades estabelecidas na legislação.

Microempresa: deve ter uma receita bruta anual de até R\$ 360.000,00.

EPP(Empresa de Pequeno Porte): receita bruta anual acima de R\$ 360.000,01 até R\$3.600.000,00

Médio e Grande Porte: a lei não estipula enquadramento fiscal por faturamento anual para médias e grandes empresas. Porém a Instituição Financeira em estudo neste artigo classifica da seguinte forma:

- Médio Porte: Faturamento anual acima de 4,8 Milhões até 25 Milhões.
- Grande Porte: Faturamento anual acima de 25 Milhões

3.3 INADIMPLÊNCIA

Para Sandroni (1999, p. 293) a inadimplência é “a falta de cumprimento das cláusulas contratuais em determinado prazo.” A não quitação de uma operação no prazo combinado caracteriza o cliente como inadimplente, podendo o banco em questão efetuar a cobrança dessa dívida por meios amigáveis e/ou judiciais. A cobrança será executada de forma justa e condizente com os direitos do consumidor. A não observância das determinações do Código de Defesa do Consumidor é prejudicial à instituição financeira podendo acarretar penalidades previstas na lei.

Bharath e Shumway (2008) observaram que a bastante utilizada estrutura do modelo de Merton (1974), baseada unicamente em informações de valor de

mercado das empresas para previsão de probabilidades de inadimplência, não é suficiente. Trabalhos tais como Duffie, Saita e Wang (2007), Pesaran, Schuermann, Treutler e Weiner (2006), Bonfim (2009), Lando e Nielsen (2010) e Tang e Yan (2010) apresentam evidências empíricas de que fatores específicos das firmas sozinhos não são capazes de explicar completamente variações de inadimplência corporativa, bem como de ratings de crédito.

Para Minussi, Damacena e Ness (2001), a atividade de concessão de crédito é fortemente influenciada pelas condições macroeconômicas do país e pelas políticas governamentais, sendo, assim caracterizada por movimentos cíclicos, flutuando entre um conservadorismo defensivo até uma agressividade responsável. Os sistemas de crédito são normalmente resultantes de uma camada de atitudes, respostas e padrões comportamentais que derivam do nível estratégico organizacional e, muitas vezes, do principal executivo responsável pela área. A filosofia da organização, sua tradição e os padrões existentes são os fatores adicionais incorporados.

Para uma entidade financeira, risco é a possibilidade de se gerar uma ocorrência que possa ocasionar perda econômica para uma instituição (SCHRICKEL, 2000). Assim, entender o risco, medir e determinar suas consequências nos permite aperfeiçoar a gestão dos recursos disponíveis.

Risco de crédito conforme Blatt é:

O risco de que as obrigações financeiras para com o credor não sejam pagas a tempo e plenamente, como esperado e contratado, resultando em um prejuízo financeiro para o credor. O risco de crédito está relacionado ao cliente, porque a dimensão do risco depende do desejo e da capacidade do cliente para cumprir com suas obrigações para com o credor. (BLATT, 1999, p. 63)

Os benefícios com retorno de juros concedidos através de créditos têm que ser pesados em relação ao risco creditício. Esse risco inclui a demora no pagamento ou até mesmo o não pagamento da prestação, falência, desemprego, risco de insolvência, entre outros.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 INADIMPLÊNCIA DE PESSOA JURÍDICA NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Para recolhimento de dados relevantes para esta pesquisa, foi realizada uma entrevista com o gerente da carteira de pessoa jurídica da Instituição financeira em estudo, onde o mesmo apresentou dados específicos de linhas de crédito mais oferecidas e a inadimplência incidente.

Quantos clientes possuem na carteira de pessoa jurídica?

Os clientes encarteirados somam um total de 150 onde para serem atendidos exclusivamente pela carteira, é necessário que tenham um faturamento anual de no mínimo de R\$ 120.000,00. Levando em conta o faturamento mínimo necessário para ser um cliente encarteirado, o cliente MEI não entra nesta contagem de clientes, onde a carteira responsável por este tipo de cliente é a de atendimento da Instituição Financeira.

Qual a média de clientes encarteirados, por porte, na carteira de pessoa jurídica?

Os clientes ME (Micro Empresa) e os clientes EPP (Empresa de Pequeno Porte) correspondem a 80% da parcela de clientes encarteirados. Já os clientes Média Empresa e Grande Empresa representam 15% e 5% respectivamente desta carteira de clientes.

Quais são as linhas de crédito mais contratadas pelos clientes encarteirados?

- **Amazônia FNO GIRO MPE e Giro Comercial:** É a o tipo de crédito mais contratado, cerca de 60 % e 20% respectivamente, é um Capital de Giro que financia matérias-primas, mercadorias, insumos negociando o pagamento à vista com fornecedores.
- **Energia Solar Fotovoltaica:** É uma linha de financiamento nova na Instituição Financeira, mas que já esta sendo bastante contratada visto que as empresas estão visando sustentabilidade e economia. Representa 10% das contratações de crédito.
- **Projetos de Investimento Misto e Fixo:** São solicitados por empresas que procuram fazer melhorias em seu estabelecimento seja através de ampliação e reforma ou construção da edificação quanto na aquisição de máquinas e equipamentos. Correspondem a 10% do que é financiado na carteira.

Segundo os dados que possui e seu conhecimento em relação aos clientes, como está a inadimplência na carteira de pessoa jurídica da Instituição?

A inadimplência da carteira está com índices excepcionais, abaixo do orçado. Significa que há um rígido controle na concessão do crédito, no acompanhamento e

no pós crédito(a exigência documental é mais robusta, tendo em vista que o Risco é compartilhado em 50% com o maior gestor do Fundo FNO: a UNIÃO. Já o Crédito Comercial, cujo risco é 100% do Banco (por ser recurso da própria Instituição) o volume de inadimplência é maior. As operações também são criteriosamente analisadas com garantia real na maioria das vezes para clientes novos. Somente os Clientes com score de risco melhorado (AA, A e B) é que são atendidos paulatinamente apenas com Aval/fidejussório.

Tabela 1

SubIndicadores							PERC
Período	Orcado	Realizado	Desvio	Nota	Peso	Pontuação	
01/2019	3	7	-48,00	1,10	60,00	66,00	
02/2019	3	3	16,29	6,00	60,00	360,00	
03/2019	3	5	-38,31	1,60	60,00	96,00	
04/2019	3	3	18,18	6,00	60,00	360,00	
05/2019	3	2	49,79	6,00	60,00	360,00	
06/2019	3	4	-14,95	3,24	60,00	194,40	
07/2019	3	1	186,61	6,00	60,00	360,00	
08/2019	3	1	136,36	6,00	60,00	360,00	
09/2019	3	1	147,62	6,00	60,00	360,00	
10/2019	3	1	203,33	6,00	60,00	360,00	
11/2019	3	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/2019	3	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
1º Semestre	3	4	-14,95	3,24	60,00	194,40	
Ano	3	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	3	0					

	Não Avaliado
	Insuficiente
	Abaixo do Esperado
	Pouco Abaixo do Esperado
	Esperado
	Pouco Acima do Esperado
	Excepcional

Fonte: Banco da Amazônia S.A.

Na tabela 1, fornecida pela instituição financeira, consta os dados de inadimplência da carteira de pessoa jurídica, indicado o índice esperado por mês e o realizada. De acordo com esses dados, pode observar que no início do ano de 2019, em Janeiro, houve um índice insuficiente, estando a inadimplência muito acima do que foi orçado para o mês em questão. Nos demais meses do primeiro semestre de 2019 houve uma variação entre Insuficiente, estando acima do orçado e excepcional estando abaixo ou igual o orçado.

No segundo semestre do ano de 2019, pode-se observar que a inadimplência foi caracterizada como excepcional. O orçado é um índice 3 e em todos os meses atingiu apenas o índice 1, o que é muito bom e demonstra em números o que gerente em entrevista afirmou, visto que no primeiro semestre não foram resultados satisfatórios. Os meses de Novembro e Dezembro não estão

avaliados devido, até a finalização desta pesquisa para elaboração do trabalho, a Instituição não ter feito o fechamento mensal que analisa este índice.

4.2 Inadimplência de Pessoa Jurídica Nacional

Segundo dados do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), sendo uma empresa que possui os dados de todos os negativados do país e auxilia na análise das empresas para liberação de crédito, o índice de inadimplência no país teve uma queda no ano de 2019 em relação ao mesmo mês do ano de 2018. A tabela exposta abaixo está dividida por região e pode demonstrar em números essa baixa na inadimplência das empresas.

Tabela 2

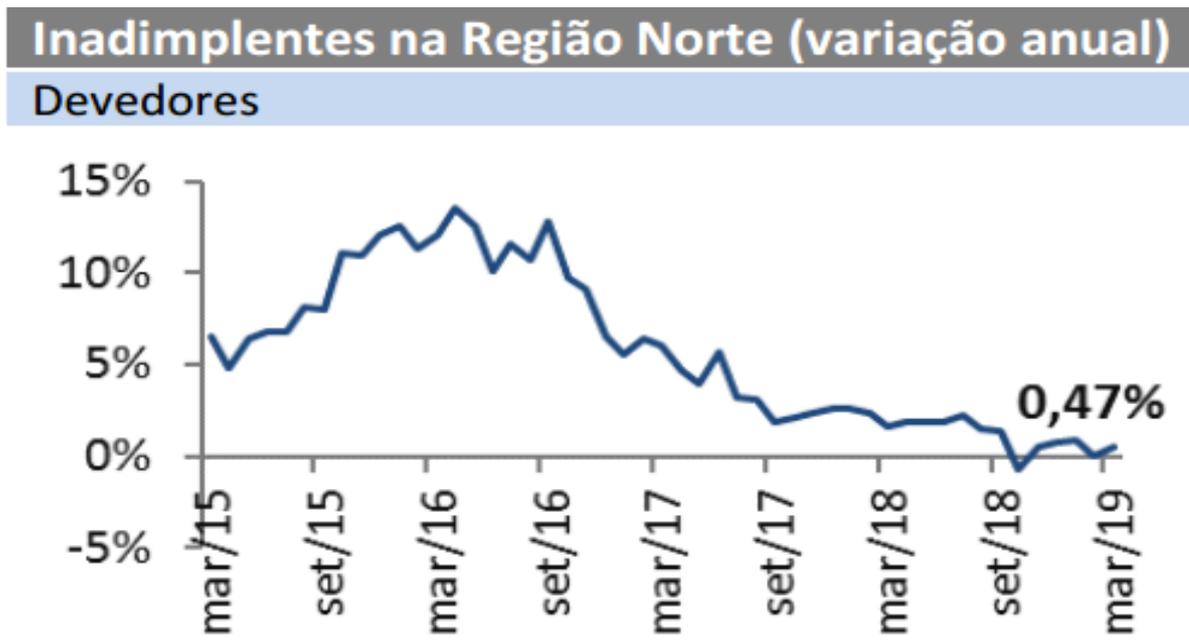
Devedores

Região	Variação Mensal		Variação Anual	
	mar/18	mar/19	mar/18	mar/19
Brasil	2,36%	0,69%	8,92%	3,30%
NORTE	-0,11%	0,39%	1,63%	0,47%
NORDESTE	0,14%	0,36%	2,90%	1,53%
CENTRO-OESTE	-0,05%	0,40%	2,84%	1,99%
SUDESTE	4,79%	0,88%	15,86%	4,60%
SUL	0,45%	0,74%	4,02%	3,29%

Fonte: SPC Brasil

O número de pessoas jurídicas registradas nas bases a que o SPC Brasil tem acesso cresceu 3,30% em março de 2019, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O número representa uma desaceleração expressiva em comparação ao dado de fevereiro, que foi de 8,92%. O crescimento maior foi observado no Sudeste, com avanço de 4,60%. No Sul, o avanço foi de 3,29%, enquanto no Centro-Oeste houve alta de 1,99%. Já no Nordeste, observou-se avanço de 1,53% do número de empresas negativadas, e no Norte, a menor variação entre todas as regiões: 0,47%. (SPC BRASIL, 2019)

Tabela 3



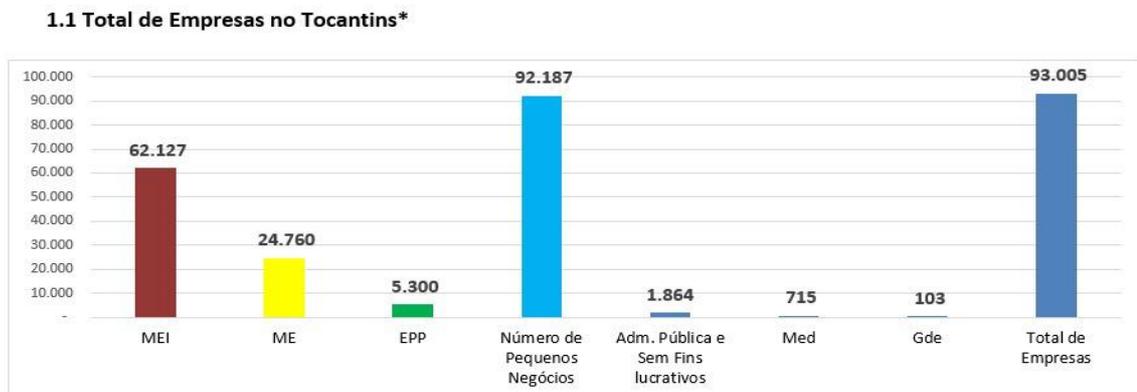
Fonte: SPC Brasil

Os dados demonstrados pela Instituição Financeira em estudo, ilustra o que acontece em todo país. A taxa de inadimplência das empresas vem diminuindo e no ano de 2019 teve uma baixa significativa, o que é bom para a praca, que e para a situação econômica do país, que tem mais empresas equilibradas, com crédito para compra o que ajuda a girar a economia e aquecer o mercado. As empresas também, em relação a instituicao financeira, com suas incricões fora do sistema de restritivos, conseguem obter crédito para desenvolvimento de sua empresa, o que pode ser observado em entrevista com o gerente de pessoa jurídica, que disse já terem sido contratados até o mês de outubro, mais de 22 milhões, pulverizados em várias cidades da região sul do estado do Tocantins, região esta a qual a agência abrange, cumprindo assim também a sua missão que é de desenvolver a região norte do país.

O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas), entidade que tem como objetivo a capacitação, promoção do desenvolvimento econômico e competitividade de micro e pequenas empresas para estimular assim o empreendedorismo no país, possui dados interessantes a cerca do crescimento dessas empresas, em quantidade, no Tocantins e também mais especificamente na região Sul, nos entornos da cidade de Gurupi, cidade na qual se localiza a unidade que abrange esta região.

Tabela 4

1. Pequenos Negócios do estado do Tocantins em maio.



Fonte: Sebrae Tocantins a partir de dados do Simples Nacional, Portal do Empreendedor e CSE, agosto de 2019.

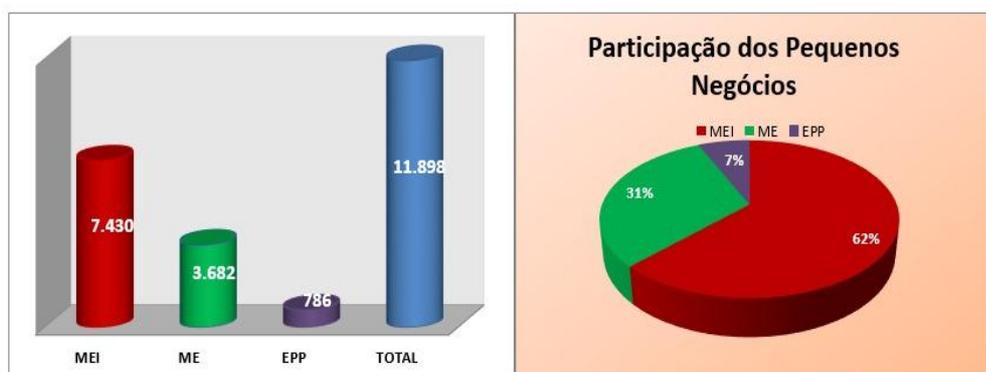
*Segundo o documento O Público do Sebrae (2018), a Administração Pública, Empresas Sem fins lucrativos, médias e grandes empresas são consideradas como "Parceiros" para o Sebrae. Desse modo, 1.864 dessas empresas são da Administração Pública e Sem fins Lucrativos e 819 são médias e grandes empresas com caráter mercantil e que não são classificadas como pequenos negócios. Dessa forma, os pequenos negócios representam 99,2% das empresas com caráter mercantil do estado do Tocantins, conforme o estudo "Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira - Região Norte" (2015, pg. 108). Além disso, os pequenos negócios tocantinenses contribuíram de 2009 a 2011, com 37,3% do PIB do Estado do Tocantins, a maior taxa do Brasil.

É possível perceber que as micros e pequenas empresas tem tido maior representatividade em número, sendo responsáveis pelo crescimento do empreendedorismo no estado. Os números respaldam as informações obtidas na Instituição Financeira que demonstram que, a maior parte dos clientes da mesma é micro e pequenas empresas. Observando na tabela abaixo, vê-se que o empreendedorismo individual tem se destacado pela grande quantidade contida na região.

Tabela 5

Regional Sul

2.6 Total de MEI, ME e EPP do Regional Sul



Pequenos Negócios	MEI	ME	EPP	TOTAL
Total Geral	7.430	3.682	786	11.898
Participação dos PN	MEI	ME	EPP	TOTAL
Total Geral %	62%	31%	7%	100%

Fonte: Sebrae Tocantins

Na tabela 6 constante abaixo, demonstra o número de empresas MEI, ME e EPP nas cidades da região Sul do estado, onde totalizam 11.898 entre os portes.

Tabela 6

Quantidade de empresas em agosto de 2019 - Regional Sul						
Regional	Território	MUNICÍPIO	MEI	ME	EPP	TOTAL
Regional Sul	Gurupi	ALIANÇA DO TOCANTINS	191	80	17	288
		ALVORADA	312	297	32	641
		ARAGUAÇU	295	131	38	464
		CARIRI DO TOCANTINS	187	66	9	262
		CRIXAS DO TOCANTINS	56	23	5	84
		DUERÉ	146	50	14	210
		FIGUEIRÓPOLIS	189	60	18	267
		FORMOSO DO ARAGUAIA	701	392	62	1155
		GURUPI	4.213	2.083	501	6.797
		JAU DO TOCANTINS	78	56	7	141
		PALMEIRÓPOLIS	253	157	31	441
		PEIXE	291	92	33	416
		SANDOLÂNDIA	164	72	2	238
		SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	81	23	4	108
		SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE	85	49	8	142
		SUCUPIRA	47	18	1	66
		TALISMÃ	141	33	4	178
Total			7.430	3.682	786	11.898

Fonte: Sebrae Tocantins a partir de dados do Simples Nacional e Portal do Empreendedor, agosto de 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inadimplência é uma realidade que muitas empresas enfrentam no País, principalmente após a crise de 2014, que fez com que o Brasil entrasse em decadência econômica, o que ocasionou a falência de muitas causando assim um efeito dominó, gerando uma alta taxa de desemprego. Felizmente a realidade econômica está mudando e neste trabalho se pode ter a percepção disto.

A importância de se estudar a inadimplência é de que por ela, conseguimos medir a situação creditícia das empresas, que tendo seus nomes fora dos sistemas de restritivos, conseguem obter crédito para desenvolvimento do seu negócio, crescendo e podendo gerar empregos.

A Instituição Financeira em estudo, tem ótimos resultados de inadimplência no ano de 2019 com números bem abaixo do esperado, o que é muito bom, pois, clientes com pagamentos em dia geram uma ótima referência para si em termos de risco de crédito em que a instituição classifica os clientes e isto facilita a liberação do crédito a eles em solicitação de financiamentos futuros. Na entrevista e de pesquisa para elaboração deste trabalho, pode-se concluir ser satisfatório os resultados da carteira, pois tem-se clientes adimplentes e muita demanda por parte das empresas em solicitar o crédito, significa que a situação do mercado está melhorando e isso reflete diretamente no interesse das empresas em investir em seu empreendimento. Até o mês de outubro, onde finalizou-se a pesquisa, a meta de operações de crédito anual da carteira de pessoa jurídica estava 80% atingida e a previsão de que até o fechamento do ano fosse completa, visto que algumas operações ainda estavam em processo de análise.

Os dados nacionais de restritivos fornecidos pelo SPC Brasil, puderem demonstrar uma situação creditícia das empresas do país, muito boa, pois observou-se uma queda considerável na taxa de inadimplência, sendo a região norte, região em que se localiza a instituição em estudo, a que teve menor índice de inadimplência.

O objetivo deste trabalho foi alcançado demonstrando que há um crescimento na abertura de empresas principalmente de pequeno porte, o que mostra pessoas motivadas e mercado aquecido refletindo também na demanda de solicitação de crédito junto à instituições financeiras e também a baixa na inadimplência nacional das empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZÔNIA, Banco. **Declarações Estratégicas**. BANCO DA AMAZÔNIA, 2019. Disponível em: <<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/declaracoes-estrategicas>> Acesso em 02 nov. 2019.

BHARAT, S. T.; SHUMWAY, T. **Forecasting inadimplência with the Merton distance to inadimplência model**. *Review of Financial Studies*, 21, p. 1339-1369. 2008.

BLATT, Adriano. **Créditos inadimplidos e inadimplência**. 2a ed São Paulo. Ed. STS 1999.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 265 -274, 2006.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

CAOQUETTE, ALTMAN e NARAYANAN. **Gestão do Risco de Crédito - O Próximo Grande Desafio Financeiro**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1998

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5° ed. São Paulo: Pearson Prentice. 2002.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Marilda Ciribelli Corrêa, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

FINANCEIRO, Dicionário. **O que é Pessoa Jurídica?** <<https://www.dicionariofinanceiro.com/pessoa-juridica/>> Acesso em: 10 nov. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

JACOBSON, T.; LINDÉ, J.; ROSZBACH, K. **Firm inadimplência and aggregate**

fluctuations. International Finance Discussion Papers, Board of Governors of the Federal Reserve System, 1209.2011.

KASZNAR, Istvan Karoly. **Falências e Concordata de Empresas ~ Afodelos Teóricos e Estudos Empírico**, Rio de Janeiro, SBERJ, 1987.

MINUSSI, J. A., DAMACENA, C., & NESS, W. L., Jr. (2001, setembro). **Um modelo preditivo de solvência utilizando regressão logística**. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Campinas, SP, Brasil, 25.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, José Odálio. **Análise de crédito para empresas e pessoas físicas**. Editora Atlas, São Paulo, 2000.

SOUSA, Jorge Pedro. (2006). **A prática antes da teoria e o foco no objetivo: uma proposta para o ensino universitário de jornalismo**. In: Moreira, Sônia Virgínia; Vieira, João Pedro Dias (Org.). Ensino e Pesquisa em Comunicação. São Paulo/Rio de Janeiro, Intercom/UERJ.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimo** 4a ed. São Paulo: Atlas 1995.

BATISTA, Wesley Cardoso. **Unidade de Gestão Estratégica e Núcleo de Estudos e Pesquisas**. SEBRAE, 2019.

COSTA ,J. C., JUNIOR, R. P. **Inadimplência de Pessoas Jurídicas**. CNDL/SPC Brasil, 2019.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of Qualitative Research Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. United States: Sage Publications, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.